

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: uma prática socioeducativa recente e inovadora

Maria do Socorro Borges da Silva¹

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a importância da educação para os direitos humanos, conhecer a trajetória da luta pela educação em direitos humanos no Brasil, destacando experiências relevantes que viabilizaram uma educação voltada para a legitimidade do direito. O texto resulta de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática num primeiro momento e histórica, no segundo, constituindo-se um registro memorial da experiência vivenciada através do Projeto “Educação para os Direitos Humanos” desenvolvido no município de Caxias, Maranhão, como parte da trajetória na investida pela prática de uma educação para o direito. O projeto foi desenvolvido em seis módulos de capacitação de lideranças sociais que atuam na área de interesse ou afim, culminando na realização do Encontro Municipal de Educação em Direitos Humanos, com a presença de representantes da Secretaria Especial de Educação para Direitos Humanos da Presidência da República e da UNESCO. A experiência foi avaliada como uma prática socioeducativa inovadora no contexto do país, contribuindo para uma educação sobre as atuais políticas públicas que visam legitimar os direitos humanos já adquiridos. Entre seus desafios, consiste a necessidade de maiores investimentos na capacitação de educadores, que ao utilizarem esse eixo temático nas suas variadas experiências socioeducativas, ainda não fazem uso de um suporte teórico e metodológico de natureza suficientemente emancipadora, capaz de construir outra cultura educacional dos direitos. Enfatiza-se o caráter educativo dos direitos humanos e o necessário reconhecimento da

Recebido em: Junho/2010 - Aceito em: Agosto/2010

¹ Professora assistente da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Licenciada em História, Especialista em História Política Contemporânea e Mestre em Ciências da Educação.

importância de iniciativas localizadas e articuladas em prol dessa política social.

Palavras-Chave: Educação. Direitos Humanos. História.

HISTORY AND MEMORY OF EDUCATION IN HUMAN RIGHTS: a socio recent practice and innovative

ABSTRACT

This article aims at to analyze the importance of the education for the human rights, to know the path of the fight for the education in human rights in Brazil, detaching relevant experiences that you/they made possible an education returned for the legitimacy of the right. The text results of a bibliographical research on the theme in a first moment and historical, in the second, being constituted a registration memorial of the experience lived through the Project “ Education for the Human Rights” developed in the municipal district of Caxias, Maranhão, as part of the path in the lunge for the practice of an education for the right. The project was developed in six modules of training of social leaderships that you/they act in the area of interest or similar, culminating in the accomplishment of the Municipal Encounter of Education in Human Rights, with the representatives’ of the Special General office of Education presence for Human Rights of the Presidency of the Republic and of UNESCO. The experience was evaluated as a practice innovative educational partner in the context of the country, contributing to an education on the current public politics that you/they seek to legitimate the human rights already acquired. Among their challenges, it consists the need of larger investments of the educators’ training, that to the they use that thematic axis in their varied experiences educational partner, they still don’t make use of a theoretical and methodological support of nature sufficiently emancipator, capable to build another education culture of the rights. It is emphasized the educational character of the human right and the necessary recognition of the importance of located and articulate initiatives on behalf of that social politics.

Key-words: Education. Human rights. History.

Introdução

Este artigo surgiu como uma necessidade de reflexão acerca da prática dos direitos humanos no contexto atual e, principalmente da indagação central de como tem ocorrido o processo de educação desses direitos na realidade brasileira. Isso porque, embora possamos constatar consideráveis conquistas no que concerne à garantia dos direitos humanos no contexto da sociedade brasileira, às demandas que foram vitimadas, historicamente, pela ausência desses direitos e que vivenciam um estado de exclusão social, ainda estão mergulhadas em contradições que inibem a materialidade de tais direitos.

Diante dessa problemática, entende-se, a priori, que a educação dos direitos humanos ainda se dá de forma muito tímida no Brasil e com uma necessária urgência, embora muitas iniciativas tenham sido feitas no plano da sociedade civil organizada e do governo, mais recentemente. Além dessa constatação, o interesse por tal temática se ampliou no período de 2006 a 2008 quando foi desenvolvido, sob a coordenação desta pesquisadora, o Projeto “Educação para os Direitos Humanos” em parceria com a Unesco, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e a Fundação Maurizio Vanini no município de Caxias, Maranhão, com o intuito de capacitar as lideranças sociais da cidade na temática supracitada, incentivando o interesse de muitas instituições e uma ampla abertura de discussões da questão da educação dos direitos humanos no município como política permanente a ser implementada.

A realização do projeto acumulou uma experiência significativa e a motivação para a luta por novos espaços de educação, de debates e de práticas que possam corroborar com a educação dos direitos, sobretudo, no contexto em que se evidenciou a comemoração do evento histórico dos 60 anos de Declaração dos Direitos Humanos.

Nessa perspectiva, este texto objetiva analisar a importância da educação para os direitos humanos; conhecer a trajetória da luta pela educação em direitos humanos no Brasil, destacando experiências relevantes que viabilizaram uma educação em direitos humanos.

Numa abordagem metodológica histórico-dialética, este artigo faz uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, articulando com a memória de experiências que convergiram no plano real com a concretização de um projeto de educação em direitos humanos no município de Caxias, Maranhão, entre 2007-2008. À luz de uma bibliografia atualizada e renomada nessa questão, como é o caso de Vera Candu (2003), Marco Mondaini (2006), José Tuvilla Rayo (2004), Alberto Melucci (2001), Glória Gonh (1997) entre outros que historicizam eventos que se tornaram o eixo nuclear dessa temática no Brasil.

Educação em Direitos Humanos: concepções e práticas desenvolvidas

Como nos instiga Mondaini (2006) os direitos humanos devem ser compreendidos hoje como a afirmação do potencial emancipador contido na tradição da “igualdade jurídica-formal” como no “tratamento dos desiguais de maneira desigual”, podendo ambas as dimensões serem complementares à medida que cumprirem o comum de combate aos privilégios sociais e à reprodução das desigualdades entre indivíduos, contribuindo para a constituição de um senso de justiça entendida como equidade.

Para que essa perspectiva se materialize é salutar construir uma cultura dos direitos humanos, alternativa àquela que historicamente normalizou sua controvérsia, ou seja, a construção de um estado autoritário e patrimonialista, mais comprometido com as elites do que com seu povo sedento de políticas públicas de qualidade. Neste sentido, o próprio percurso histórico legitimou um modo de fazer direitos, criando uma cultura, ou em outras palavras,

uma educação para os direitos, geralmente desvinculado do senso de justiça e mais próximo dos interesses e privilégios corporativos de uma pequena representatividade social.

Ao compreender esse processo, ganha sentido fazer uma intervenção em defesa da necessária urgência de outra educação para os direitos, que em nossa perspectiva, estaria contemplada na educação para os direitos humanos. Tal designação ou representação expressa não apenas um conceito, uma idéia, mas principalmente, uma luta real de sujeitos e instituições que comprometeram sua existência à normatização de uma cultura política, social, econômica que valoriza a dimensão humana como seu princípio norteador e o direito, como o instrumento de garantia da condição humana de uma vida plena.

Como nos adverte Rayo (2004, p.163-164), “os direitos humanos não podem ser interpretados a partir de outra consideração diferente da do ser humano, objeto e sujeito de direitos, de onde se nutre sua própria definição e natureza: a dignidade humana”. Partindo dessa “os direitos humanos não têm sentido em um mundo que nega as possibilidades legítimas de todos os seres humanos de serem felizes e de alcançarem cotas de bem-estar que lhes permitam satisfazer as necessidades básicas e um nível digno de vida” (idem). Para contemplar essas exigências a educação em direitos humanos não pode perder de vista a sua finalidade principal que é educar para a paz, para a democracia, para a responsabilidade social, para reconhecer e aceitar a diversidade, com a capacidade de resolver conflitos de forma não-violenta, respeitando todo patrimônio cultural, nutrindo os sentimentos de solidariedade e equidade em nível nacional e planetário (RAYO, 2004).

Ao perseguir essa finalidade, um trabalho intencional e sistemático de educação em direitos humanos surgiu na metade dos anos de 1980 no Brasil, como descreve Vera Candu (2003). Um marco nessa história foi a realização em 1985 do 3º Curso Interdisciplinar de Direitos Humanos promovido pelo Instituto Internacional de Direitos Humanos (IIDH) em Costa Rica com a participação de vários profissionais e criação do Núcleo: PUC-Rio,

coordenado pelo Professor João Ricardo Dornelles.

Nesse contexto, três polos de trabalho foram criados no Brasil: Universidade Federal da Paraíba (UFP) como pólo do Nordeste; PUC do Rio de Janeiro e a Comissão Justiça e Paz (Arquidiocese de SP). Foram realizados cursos e seminários no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Recife com apoio do Instituto Internacional de Direitos Humano (IIDH), UNESCO, Rede Latina Americana de educação para a Paz e os Direitos Humanos do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL). Muitas atividades foram desenvolvidas com as secretarias estaduais e municipais de educação e ONGs.

Os anos de 1990 foram marcados pelas dificuldades de caráter ideológico e operacional nesse campo temático, pois diferentes grupos partiam da convicção de que era necessário construir uma cultura de direitos humanos, afetar as mentalidades e criar novas práticas. Esse debate foi interessante, pois destacou o papel fundamental da educação na formação para a cidadania e para a democracia. Os grupos promotores de educação em direitos humanos se situavam ideologicamente, sobretudo, na linha política da esquerda.

A educação em direitos humanos na década de 90 se configurou em torno de dois movimentos. Primeiro, pela continuidade e ampliação do que foi realizado na década anterior e segundo, pela incorporação de novos atores na promoção dessa modalidade de ensino, como é o caso do Governo Federal. ´

Como fruto dessa discussão, uma agenda foi cumprida, possibilitando a discussão dessa temática por variadas instituições e espaços diversificados, como podemos demonstrar:

- Abril de 1994: Seminário sobre educação e direitos humanos (RJ) com objetivo de promover um intercâmbio de experiências e dar os primeiros passos para a constituição da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, constituída em 1995: um espaço de

encontro, apoio, intercâmbio, articulação e coordenação de organizações que trabalhavam a temática de forma sistemática;

- 1997: 1º Congresso Brasileiro de Educação em Direitos Humanos e Cidadania (SP) teve por finalidade criar um espaço privilegiado de discussão, reflexão e aprofundamento da temática, pois havia a necessidade de uma definição mais clara de seus princípios, objetivos e métodos;
- Novembro de 1997: Encontro de Educadores (SP) com a elaboração do documento final sobre o que vinha sendo discutido em relação à educação em direitos humanos. O corpo do documento estava estruturado em três partes: direitos humanos, democracia e educação; educação em direitos humanos e cidadania; e capacitação de educadores em direitos humanos e cidadania;
- Em 1998 e 1999 a Rede continuou promovendo e/ou participando em diferentes atividades em colaboração com outras instituições não-governamentais e governamentais.

A Entrada do Governo Federal no debate e implementação de uma educação em direitos humanos se deu principalmente através da criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (Ministério da Justiça) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Ministério da Educação), dando ênfase nos direitos civis, apresentado como suas principais propostas a garantia ao direito e à proteção da vida, como também, aumentar a segurança das pessoas, lutar contra a impunidade, eliminar o trabalho forçado, garantir o tratamento igualitário diante da lei, proteger os direitos da criança e adolescente, das mulheres, negros, indígenas, idosos, estrangeiros, refugiados, migrantes, portadores de necessidades especiais, dentre outros.

Foram consideradas medidas para educação e formação para cidadania, como por exemplo, criar e fortalecer programas

de respeito aos direitos humanos no ensino fundamental e médio através dos temas transversais e da disciplina Direitos Humanos; apoiar programas de informação, educação e treinamento de direitos humanos para profissionais de direitos, policiais, agentes penitenciários e lideranças sindicais, associativas e comunitárias. Foi dada ênfase na parceria entre poder público e entidades da sociedade civil.

Entre as ações que foram desenvolvidas, destacam-se:

- A instituição do ano de 1998 como o ano dos direitos humanos;
- Os Parâmetros Curriculares Nacionais, baseado na LDB, Art. 22, que assegurou a formação para o exercício da cidadania na educação básica e garantiu os temas transversais: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e outros temas ligados às localidades específicas;
- Realização de iniciativas no âmbito da Educação Formal junto às: Secretarias Municipais de Educação;
- Em nível de Ensino Superior, houve a realização do Curso de Especialização em Direitos Humanos (UFP) e a introdução da disciplina sobre Direitos Humanos;
- Iniciativas de Educação Não-formal, como exemplificam, o Projeto Civil Voluntário (Paraíba) e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (Paraíba);
- De 1993 a 1999 foram realizados dezessete eventos: ciclos de debate, cursos, encontros, seminários, palestras, etc.;
- Publicações de revistas, cadernos, livros;
- Criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), articulando vários projetos e iniciativas que dizem respeito a esse eixo temático.

Uma experiência local: o Projeto “Educação Para Os Direitos Humanos”

O projeto “Educação para os Direitos Humanos”, desenvolvido pela Fundação Maurício Vanini, na cidade de Caxias, no Estado do Maranhão, classificou-se em primeiro lugar junto com mais dois, dentre os melhores projetos selecionados e aprovados pela SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República do Brasil e pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, no ano de 2006, conforme Edital UNESCO n. 1009/2005 e Contrato de Financiamento de Atividades n. SHS 09196/2006, tendo sido realizado nos anos 2007 e 2008 pela referida organização.

É inegável sua relevância social, já que Caxias se apresenta como um município cujas características sociais revelam a permanência de situações de exclusão e violação dos direitos humanos, sendo bastante acentuadas as políticas de caráter assistencialista, cuja finalidade, em tese, pretenderia resolver os problemas sociais. Entretanto, contribuem para a reprodução de um comportamento social de dependência e assujeitamento das categorias sociais, como crianças, jovens, mulheres, negros, pessoas com deficiências, idosos e trabalhadores em geral, configurando uma realidade de violação dos direitos humanos ao apresentar indicadores como: exploração do trabalho e prostituição infantil; exclusão dos jovens da educação básica e do mundo do trabalho; violência doméstica e no trabalho, assédio e abuso sexual contra meninas e mulheres; discriminação e exclusão de pessoas com deficiência; abandono e exploração dos idosos; e violência e proliferação das drogas entre as camadas mais jovens.

Esses sujeitos que sofrem a violação de seus direitos carecem das informações necessárias quanto às políticas públicas de defesa e proteção de tais direitos, já que a desinformação os torna mais vulneráveis às condições e às mazelas políticas existentes. Por outro lado, a sociedade civil organizada, através de seus movimentos sociais e populares que historicamente existem em função da defesa dos direitos humanos, manifesta um poder de

intervenção muito tímido na relação com esses problemas elencados e com o Estado (esfera pública) no que se refere à garantia desses direitos. Por trás desse comportamento involuntário, observa-se a escassez de informação e capacitação mais substanciada dos elementos fundamentais, históricos e legais da temática em Direitos Humanos, restringindo-se, muitas vezes, a um agir pragmatista, desprovido de uma consciência crítica e reflexiva das ações, com base em um instrumental teórico.

Através do projeto “Educação para os Direitos Humanos”, pretendeu-se capacitar as lideranças sociais que serão multiplicadoras de formação e interventoras sociais em defesa dos Direitos Humanos, ressignificando a prática dos movimentos sociais na relação Estado – Sociedade e, mais especificamente, junto aos sujeitos que sofrem violações de seus direitos.

Esse projeto objetivou capacitar as lideranças sociais em Educação para os Direitos Humanos com a finalidade de atuarem por via das suas instituições junto à comunidade e aos sujeitos que histórica e socialmente são excluídos do exercício de sua cidadania, da dignidade de pessoa humana e dos valores sociais. Numa dimensão mais específica, intencionou:

- Criar um espaço interinstitucional e plural onde seja estabelecida uma articulação entre os diversos grupos que constituem a sociedade civil organizada, em vista da prática do debate sistemático e permanente sobre Direitos Humanos;
- Garantir o conhecimento dos direitos e deveres da pessoa humana na busca da cidadania, através do acesso às políticas públicas e sociais e aos mecanismos de proteção e defesa dos direitos conquistados;
- Propiciar condições de intervenção, por meio de uma prática crítica - reflexiva e participativa de denúncias das formas e modos de violações e restrições dos direitos humanos.

Num plano teórico-metodológico, Educação e Direitos Humanos são interfaces de uma realidade que carece e caminha para a construção da cidadania, portanto, uma relação de extrema relevância na sociedade brasileira e mais especificamente no Nordeste. Destaca-se o papel da Educação para a compreensão, divulgação e conscientização dos Direitos Humanos, tornando-se a principal protagonista das práticas humanísticas. Se por um lado não se realizam os Direitos Humanos sem Educação, como afirma Luis Alberto Warat (SOUSA, 2004), por outro, a própria Educação se afirma como espaço de construção de uma cultura política (SILVA, 2005). Nesta perspectiva, os Movimentos Sociais enquanto atores políticos de formação para os Direitos Humanos concebem a Educação como um espaço de construção de outra cultura política, cuja finalidade reside na vivência e garantia dos direitos da pessoa humana e da cidadania.

Como diz Pedro Demo (SOUSA, 2004), a noção de Direitos Humanos nasce da consciência crítica e contém sempre um projeto alternativo de sociedade, proveniente da sociedade que sabe pensar. E “o milagre da educação é menos o domínio do conhecimento do que a gestação da capacidade de fazer história própria, individual e coletiva, e, sobretudo, solidária” (SOUSA, 2004, p.50). A partir desta concepção, entende-se que Educação, Direitos Humanos e Sociedade Civil Organizada são categorias conceituais, objetos de análises e sujeitos, que em sua relação dialética promovem o exercício da cidadania, da proteção e da defesa da vida e dos valores humanos.

Neste projeto de Educação em Direitos Humanos para lideranças sociais, buscou-se oferecer um instrumental teórico e metodológico cujos conceitos básicos (Educação, Direitos Humanos, Sociedade Civil Organizada) se articulam com outros temas e conceitos fundamentais que assumem um lugar privilegiado na agenda das políticas públicas e sociais, como: igualdade e diversidade étnico-racial; direitos da criança, adolescente e juventude; gênero, com enfoque para as conquistas da mulher; pessoa com deficiência e o idoso.

Historicamente, a prática de educação em Direitos Humanos surge no contexto das lutas dos movimentos sociais pelos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, na perspectiva de conscientização dos direitos e conquistas da cidadania, sem perder de vista a construção de uma esfera pública de caráter democrático. Portanto, projetar uma Educação para os Direitos Humanos, significa ressignificar a ação dos Movimentos Sociais como atores protagonistas da legitimação da educação para os Direitos Humanos. Como afirma Melucci (2001) mobilização de um ator coletivo, contendo em si, uma pluralidade de significados analíticos e que lutam pela preservação da identidade fundamental dos atores envolvidos (GOHN, 1997).

O modelo de análise utilizado no processo de Educação em Direitos Humanos para lideranças sociais baseou-se no instrumental dialético, que permite relacionar fatos, dados do cotidiano a partir de análises sociopolítica e culturais, privilegiando estudos de caso. Esse modelo utiliza um arcabouço teórico-sistemático, partindo de uma visão mais geral de conceitos e categorias centrais necessárias para a compreensão do fenômeno em análise (Direitos Humanos), enfatizando aspectos históricos, filosóficos e jurídicos, para temáticas específicas que ocupam um lugar de destaque na definição dos sujeitos de exclusão social (negro, criança, adolescente, jovem, mulher, portador de necessidade especial, idoso).

Deste modo, associado aos tipos de dados de caráter empírico – documental (relatos, depoimentos, relatórios institucionais, etc..), o processo de construção teórica buscou seus fundamentos explicativos da realidade numa vasta produção bibliográfica no campo da Educação para os Direitos Humanos, mediada por educadores (graduados, especialistas e mestres) capacitados para tal fim, com experiência de inserção nos Movimentos Sociais, através de cursos modulares, divididos em seis (6) módulos de vinte (20) horas-aula, perfazendo um total de 120 h/a. Desse total, 15 horas-aula foram dirigidas para fundamentação teórica e 05 horas-aula para a socialização/apresentação dos resultados da Ação Afirmativa em cada módulo. Além disso, nos períodos intermodulares, 10 horas

foram dedicadas para o desenvolvimento das Ações Afirmativas por cada grupo de trabalho na área de atuação, previamente escolhida (bairro, movimento social, etc.).

Ao final da realização dos seis módulos, foi realizado o Encontro Municipal de Educação em Direitos Humanos, com a intencionalidade de se constituir num espaço de debate da questão no município através de palestras, painéis e oficinas monitoradas pelas lideranças sociais que foram capacitadas. O evento contou com a presença de representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e da UNESCO representada por Carla Silva, e com a Dra. em Educação Maria de Fátima Felix Rosar, com experiência de militância nos movimentos de educação em âmbito regional e nacional. Entidades sociais e autoridades locais foram convidadas. Esta atividade de culminância do projeto, com 20 horas, desenvolveu-se nos dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2008, no Auditório da Universidade Estadual do Maranhão no Centro de Estudos Superiores de Caxias. A carga horária total de desenvolvimento deste projeto resultou em 200 horas.

Dada a dimensão temática, a ênfase metodológica privilegiou uma abordagem interdisciplinar e dialógica, a partir de eixos temáticos definidos. Após cada módulo, as lideranças sociais em processo de capacitação se organizaram em grupos (cinco) para desenvolverem uma atividade de intervenção prática (Ação Afirmativa) junto à comunidade previamente escolhida e aos tipos de sujeitos que foram focos de análise naquele módulo ou temática. Os resultados dessas intervenções foram registrados de acordo com a criatividade do grupo e as experiências socializadas no módulo seguinte.

O Conteúdo Programático que fez parte do contexto do projeto em referência compõe-se do seguinte Conteúdo/Eixo Temático: 1) Educação, Sociedade e Direitos Humanos; 2) Fundamentos em Direitos Humanos; 3) Igualdade e Diversidade Étnico-Racial; 4) Exclusão, exploração e violência contra a criança, adolescente e juventude, 5) Gênero e Direitos Humanos e 6) Pessoa com Deficiência e Idoso.

Os temas específicos trabalhados em cada módulo, foram:

1. O papel da educação e da sociedade civil organizada na promoção dos Direitos Humanos;
2. Fundamentos históricos, filosóficos e jurídicos dos Direitos Humanos;
3. Educação e políticas de promoção da igualdade e diversidade étnico-racial;
4. Direitos da criança e do adolescente; Drogas, violência e políticas de inclusão juvenil;
5. Conquistas, políticas e precarização da mulher na sociedade e no mundo do trabalho;
6. A exclusão/inclusão da Pessoa com Deficiência; Políticas de valorização e proteção do idoso.

O processo de acompanhamento e avaliação concernente à execução deste projeto baseou-se em concepções qualitativas, processuais, cujos sujeitos interagentes foram avaliados e avaliadores, levando em conta alguns critérios básicos individuais, como: assiduidade nos encontros, participação nos debates e na execução das atividades propostas, capacidade de liderança e vivência em grupo, habilidade de interpretação, relação com o contexto e produção sistemática de textos à luz da fundamentação dada, ao final de cada módulo.

Esses critérios foram avaliados pelos mediadores do processo (monitores) e pelas próprias lideranças em formação (auto-avaliação), as quais avaliaram, também, os mediadores e responsáveis pelo projeto. Dois aspectos foram considerados como resultados da capacitação: o primeiro, de ordem prática, que resultou em cada módulo numa atividade em grupo (Ação Afirmativa), cuja pretensão era a intervenção social em grupos/movimentos e comunidades que apresentassem indicadores negativos dos temas estudados; o segundo, de ordem teórica, consistiu numa produção textual (com orientação científica e/ou artístico-cultural) em grupo, ao final dos módulos, culminando na elaboração de uma produção

sobre os temas refletidos no Curso de Capacitação. De acordo com o resultado satisfatório dos itens avaliativos propostos, a liderança social capacitada recebeu um certificado de 200 horas - aula de capacitação em Direitos Humanos.

Eis alguns relatos das lideranças que participaram do projeto, colhidos dos memoriais que eram feitos em cada módulo como atividade avaliativa:

Memorial do primeiro módulo I:

No projeto “Educação para os Direitos Humanos”, percebe-se uma concepção de que é possível a construção de uma sociedade que defina e garanta condições igualitárias de convivência social e de distribuição dos bens acumulados pelo seres humanos a todos os indivíduos, considerando que todos são detentores de direitos essenciais, indispensáveis à convivência social, ressaltando a idéia de igualdade política e civil entre todos.

A educação é condição indispensável para a realização dos direitos humanos, é uma espécie de base social na qual o ser humano se constrói e se reproduz no cenário de profundos níveis de desigualdades sociais, regionais, raciais, de gênero, que oferecem o conteúdo para a violência cotidiana, para exclusão da maioria da população.

Uma Ação afirmativa deste módulo foi realizada no “Projeto Lucas”, localizado no bairro Campo de Belém, projeto que trabalha com crianças, cuidando da desnutrição e educação, com direito à alimentação, reforço escolar e lazer.

No encontro com as mães, no ambiente (Projeto Lucas) em que se realizou a Ação Afirmativa, discutiu-se sobre autopercepção, automotivação, auto-estima e percepção do outro, com ênfase no cuidado que aquelas mães estavam tendo para com seus pequeninos. Houve participação ativa dessas mulheres durante a apresentação, haja vista ser clara e objetiva a linguagem utilizada.

Foi emocionante saber que aquelas crianças carentes podem ter seu futuro mudado, com a base na educação, com um simples

gesto de grupos de pessoas que vêm aumentando a cada dia e levando esperança para muitas famílias [...] (BRUNA XINALEN)

Memorial do Módulo II:

Foi apresentado um trabalho de pesquisa na Escola Eugênio Barros, em uma sala do Ensino Médio, sendo abordados dois assuntos: fatos e atos. Quanto ao ato, este foi mostrado através de fotos e imagens que ocorrem em nossa cidade, gerando fatos, tendo assim proporcionado uma visão geral de todas as implicações dos acontecimentos de todos os sistemas [...] (HELLY DE MARIA)

Memorial do Módulo III:

No mês de junho foi concretizada uma das mais belas Ações Afirmativas pelo grupo de lideranças do projeto “Educação para os Direitos Humanos, a qual foi desenvolvida no Povoado Mandacaru, onde todos ficaram empenhados para a realização da aludida atividade.

O primeiro momento consistiu na divulgação do projeto, pelo grupo, que se deslocou de casa em casa, na comunidade Mandacaru, e assim realizou o encontro. O recinto onde o grupo trabalhou essa primeira atividade estava repleto de crianças que, sorrindo, demonstravam a satisfação em estarem desfrutando do seu lado criança, pois muitas já trabalham e às vezes esquecem que são meninas e meninos. No segundo momento, a atividade foi realizada com os adultos, onde todos se fizeram presentes e atentos assistiram a exibição do documentário sobre a vida do negro no Brasil e a importância do mesmo para o desenvolvimento de uma sociedade saudável. O encontro foi finalizado com uma demonstração de dança e apresentações da cultura quilombola da região (SHEYLA MARIA).

Memorial do Módulo IV:

No 4º módulo o tema desenvolvido foi: Direitos da criança e do adolescente; Drogas, violência e políticas de inclusão juvenil, por sinal um tema bastante polêmico, pois se tratou de realidade muito presente na vida dos jovens e adolescentes que é a questão das drogas, problema que afeta a sociedade de modo geral e que

está se alastrando, percebendo-se que cada vez mais pessoas, principalmente jovens e adolescentes, estão se enveredando por essa prática que é o consumo de drogas (MARIA DO SOCORRO PEREIRA).

Memorial do Módulo V:

O 5º Módulo do Curso “Educação para os Direitos Humanos”, que teve como tema: “Conquistas, políticas e precarização da mulher na sociedade e no mundo do trabalho”, foi, para mim, um dos módulos mais aguardados; o mesmo teve início na sexta-feira, com muita música que tratava a respeito da temática, e alguns dados tristes a respeito da falta de respeito para com a relação ao gênero. No dia seguinte estudamos a respeito da construção do conceito de sexo frágil e de como historicamente a mulher foi deixada à margem da sociedade, chegando-se a conclusão de que essa história começou a partir do momento em que ela não teve acesso às mesmas informações que os homens.

Poderia questionar ainda o que levou à implementação da regra da desigualdade de gênero. Desse modo, veremos que tanto a documentação histórica quanto a tradição oral registram a dependência da mulher ao poder dominante masculino.

Tendo os homens que garantir a produção da comunidade, corresponderia às mulheres destinar uma parte maior de seu tempo ao fornecimento desse apoio; a exigência do cuidado com as crianças assumido pelas mulheres, originando uma especialização na divisão do trabalho por gênero. Assim, garantir a manutenção e a continuidade do grupo humano foi se tomando tarefa de mulher e em torno a essas necessidades foram se aprimorando procedimentos técnicos para seu melhor desempenho. Já os homens se especializaram na defesa do grupo, e em torno a essa atividade se desenvolveu uma diversificada inovação técnica de guerra.

A mulher, durante muito tempo, foi relegada a um plano inferior na sociedade, sendo tratada, muitas vezes, como escrava. A partir da revolução industrial, uma pequena parcela das mesmas começou a trabalhar fora de casa, o que deu a essas mulheres uma certa emancipação.

Ao analisar a nossa história local, penso nas conquistas que as mulheres caxienses já tiveram ao longo da história e o quanto ainda poderá ser conquistado. E poderia dizer que elas

sempre foram importantes na história de Caxias, principalmente no período das indústrias têxteis, que, na sua maioria, eram compostas pela mão-de-obra feminina.

Discutiu-se alguns textos em forma de plenário e assistiu-se ao clip Atitude Feminina, que mostrou a triste realidade de muitas mulheres brasileiras que são submetidas à violência. Estudou-se ainda sobre a Lei Maria da Penha, que foi importante instrumento para prevenir, punir e minimizar a violência contra a mulher, aprovada em 7 de Agosto de 2006. Ao término do curso tivemos o depoimento de Eulina Moraes, uma mulher guerreira, que há muito tempo luta em favor dos direitos humanos (BRÍGIDA LIMA)

Memorial do Módulo VI:

Tem sido gratificante ser uma participante deste curso, porque se antes eu era uma leoa em relação à defesa dos direitos humanos, hoje eu não tenho necessidade de virar um animal para ir em busca e defesa dos mesmos, pois graças a este curso me sinto capacitada para propagar e fazer defesa daqueles que deveriam ser direitos de todos (RENATA DOS SANTOS).

O relato abaixo é de uma pessoa com deficiência que foi capacitada pelo curso:

O curso foi um instrumento de conhecimento e auto-avaliação, e concretização do nosso verdadeiro papel na sociedade e na vida comunitária, trazendo uma nova consciência do mundo em que vivemos, para que possamos melhorar e fazer a nossa parte, tendo a certeza de que, conhecendo o próximo e tentando entendê-lo, poderemos fazer um mundo melhor [...].

Tomar conhecimento desses fatos e ter consciência do meu papel na minha comunidade e cobrar, acima de tudo, com respeito às instituições e às pessoas que as comandam, mas sempre com coerência, de forma a não constranger as partes, é uma consciência que me foi dada nesse curso de relações humanas, promovido pela Fundação Maurizio Vanini. Essa experiência me chamou para um autoconhecimento e controle emocional, mostrando claramente que a negociação é sempre a melhor maneira de se reivindicar os direitos (ALBERTO GONÇALVES).

Desafios e Perspectivas da Educação em Direitos Humanos

Dada a relevância de uma prática de educação em direitos humanos, bem como a permanência de uma tradição de negação desses direitos no solo brasileiro, tal perspectiva apresenta alguns desafios no desenvolvimento da educação em direitos humanos. Como assinala Vera Candu (2003), um dos obstáculos refere-se à opção entre diferentes marcos político-ideológicos que servem de referencial para a educação em direitos humanos, oscilando, geralmente, entre dois enfoques. Primeiro, o da ideologia neoliberal, cuja preocupação com os direitos humanos se restringe a uma estratégia de melhorar a sociedade dentro do modelo vigente, sem questioná-lo, dando ênfase aos direitos individuais, às questões éticas e aos direitos civis e políticos centrados na participação nas eleições. São temas enfatizados por essa abordagem: discriminação racial e de gênero, preconceito, violência, segurança, drogas, sexualidade, tolerância, infância e adolescência, meio ambiente. De modo geral, esse enfoque visa desenvolver uma formação de sujeitos produtores e empreendedores, consumistas, embora incorpore temas relativos aos direitos humanos no currículo escolar, num viés construtivista, transversal, privilegiando dimensões psico-afetiva, interacionista e experiencial.

Numa outra vertente ideológica, no enfoque Dialético e contra-hegemônico, os direitos humanos são vistos como mediações para a construção de um projeto alternativo de sociedade: inclusiva, sustentável e plural. Enfatiza uma cidadania coletiva, que favoreça a organização dos grupos da sociedade civil, privilegiando atores sociais comprometidos com a transformação social. Esse viés coloca no centro de suas preocupações a inter-relação entre direitos de primeira, segunda e terceira geração e se coloca na perspectiva da quarta geração de direitos que incorpora questões derivadas do avanço tecnológico, da globalização e do multiculturalismo. Acentua a importância dos direitos sociais, econômicos, com temas como: desemprego, violência estrutural, saúde, educação, distribuição de terra, concentração de renda, dívida externa, pluralidade cultural,

segurança social, ecologia.

Pedagogicamente, a educação em direitos humanos tem admitido a transversalidade, mas privilegia a interdisciplinaridade na ênfase dos “temas geradores”, trabalhando a questão sociocultural, afetiva, experiencial, estrutural do processo educativo na perspectiva da pedagogia crítica, construtivista e sociocultural.

Outro desafio que se apresenta é a necessidade de critérios que caracterizam a especificidade das experiências de educação em direitos humanos. Neste sentido, é importante clarificar os critérios básicos que permitem delimitar com maior precisão o âmbito da educação em direitos humanos e as condições para que determinadas experiências educativas possam ser situadas nesse eixo temático, estabelecendo suas fronteiras.

Nesta mesma linha reflexiva, o risco da fragmentação das ações e de uma teoria que dê suporte de análise à aquilo que se compreende como educação em direitos humanos parece ser um obstáculo à construção de práticas significativas, menos dicotomizadas entre a tentação de um ativismo infundado e ou de um discurso sem ressonância no cotidiano dos sujeitos responsáveis pela construção desse tipo de educação emancipadora. Por isso é tão oportuno favorecer a articulação entre diferentes grupos e promover uma fundamentação geral que dê suporte teórico-metodológico às lutas específicas em prol dos direitos humanos.

De certo, caminhar na perspectiva da educação em direitos humanos exige priorizar a formação de educadores, pois essa questão ainda se apresenta de forma novidadeira principalmente nos espaços de educação formal, sem desconsiderar os informais. De nada adianta transversalizar esse tema, se os reais atores e atrizes desse fazer cotidiano não estão sendo capacitados para tal finalidade.

Se entendermos a atividade educativa como uma ação política capaz de criar uma cultura dos direitos humanos, e a prática do educador um modo de intervir socialmente, então “o desafio fundamental é avançar em sintonia com a sua paixão fundante: seu compromisso histórico com uma mudança estrutural que viabilize

uma sociedade inclusiva e a centralidade dos setores populares nessa busca. Essas opções constituirão a fonte de sua energia ética e política”. (CANDAU, 2003, p. 99)

Conclusão

Ao findar esse ensaio temático, constata-se que a educação em direitos humanos tem ocupado um lugar de importância tanto na agenda das entidades não governamentais como governamental nesses últimos anos, se configurando como uma política pública educacional e alternativa ao modelo vigente, embora suas iniciativas ainda ocorram de modo tímido no vasto solo brasileiro de contradições na prática dos direitos.

As mudanças e permanências estruturais instigam a necessidade de um investimento nesse campo, construindo uma educação do direito mais humanizadora e menos individualista, pois é perceptível que o uso dos direitos humanos tem se dado de forma desarticulada da educação para o direito, muitas vezes sendo instrumentalizados e a serviços de causas que corrompem sua finalidade existencial. Tal educação perpassa pelo processo de capacitação dos educadores em suas diversas entidades de caráter sócio-educativo, tanto formal como informal, bem como pela afirmação de valores e princípios mais humanos e normativos rumo a outra cultura política, alicerçada na ética e na justiça.

Nessa perspectiva, as experiências locais e de articulação em nível nacional tem sido salutares no desenvolvimento de uma consciência da necessária urgência de educar para o direito, como é possível demonstrar através do Projeto “Educação para os Direitos Humanos” realizado em Caxias, Maranhão, em conjunto com instituições de caráter nacional e internacional comprometidas com a causa da educação em direitos humanos.

O processo de realização do projeto “Educação para os Direitos Humanos” se constituiu numa experiência inovadora de educação popular, pois conseguiu articular as dimensões da teoria e da prática na medida em que privilegia um modo de educar que

valoriza a fundamentação teórica, por meio dos módulos, e as Ações Afirmativas que representaram uma significativa forma de intervir nas realidades, refletidas e estudadas nas etapas de cada curso, contribuindo para uma ressignificação das práticas das lideranças sociais e das respectivas entidades, dentro e fora de suas áreas específicas de atuação.

Um aspecto relevante a ser considerado são os relatos, os quais demonstram que experienciar é também uma forma de educar e fundamentar teoricamente, é um modo de transformar um tradicional modelo de ações da sociedade civil organizada, que termina por reproduzir velhos vícios de uma história marcada pela dicotomia entre teoria e prática nos meios socioeducativos.

O entusiasmo na construção do projeto permitiu a vivência de variadas metodologias de trabalho para além do que o próprio projeto previa enquanto carga horária, contribuindo para que, na sociedade caxiense, fosse possível a implementação de uma prática cuja valorização ganhou ares nacionais. Isso é perceptível em todos os momentos e principalmente nas intervenções feitas e encaminhadas no Encontro Municipal de Educação em Direitos Humanos, que congregou diversas entidades representativas da cidade de Caxias, com participação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e outras efetivas instituições de defesa dos direitos humanos.

A realização de um evento final, para aglutinar os diversos segmentos em torno dos vários encaminhamentos, a partir das palestras e oficinas, de fato, realizou-se com bastante êxito, e, conforme citado anteriormente, foi denominado Encontro Municipal de Educação em Direitos Humanos, o qual tinha como principal intencionalidade dar continuidade ao projeto, através da criação do Comitê Municipal de Educação para os Direitos Humanos. Por outro lado, percebeu-se a necessidade de intervir de forma mais eficaz junto aos sujeitos vitimados historicamente pela ausência da prática de uma educação promotora dos direitos humanos, representados pelos eixos temáticos (diversidade étnico-racial, criança, adolescente, mulher, idoso, pessoa com deficiência)

desenvolvidos no projeto, abrindo possibilidade para outros temas como, por exemplo, a questão ambiental no município.

Entendemos que esta produção é apenas uma das formas de registro desse projeto, pois outras podem ser viabilizadas a partir da recuperação e sistematização do acervo e das práticas vivenciadas. E que possibilitar o acesso deste texto à sociedade em geral é uma forma de educar para os Direitos Humanos.

Referências

CANDAU. Vera (Org.) **Educar em Direitos Humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARVALHO. José Sergio (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DEMO, Pedro. Pobreza política, Direitos Humanos e Educação. In: SOUSA Jr., José Geraldo de et al. (Orgs.). **Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade**. Porto Alegre: Síntese, 2004.

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: a experiência de um projeto inovador. Maria do Socorro Borges da Silva; Emerson de Souza Farias (org.). Caxias, MA: Fundação Maurizio Vanini, 2008 (Relatório produzido).

GOHN. Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

MELUCCI, Alberto. **A inversão do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIRANDA. N. L. Mário. **Por que Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MONDAINI. Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.
RAYO. José Tuvilla. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Maria do Socorro Borges da. **Educação e sindicalismo:**

a relação entre o discurso de qualidade e a concepção conciliatória-propositiva da categoria de professores. Teresina-PI: UFPI, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

WARAT, Luis Alberto. Diretos Humanos: subjetividade e práticas pedagógicas. In. SOUSA Jr., José Geraldo de et al. (Orgs.). **Educando para os direitos humanos:** pautas pedagógicas para a cidadania na universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.